

Feminismo e Desconstrução em *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo

Sandra Maria Pereira do Sacramento*
Luciano Santos Neiva**

RESUMO:

Este artigo visa a ilustrar a questão do feminismo e da *desconstrução* de valores do *fonofalologocentrismo* ocidental a partir da escrita de autoria feminina contemporânea, com a análise do romance *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo.

Palavras-chave: Autoria feminina. Fonofalologocentrismo. Desconstrução.

Percursos críticos

Neste artigo, trataremos da questão do feminismo e da *desconstrução* de valores do *fonofalologocentrismo* ocidental a partir da escrita de autoria feminina contemporânea. Escolhemos para análise o romance *Ponciá Vicêncio* (2003) de Conceição Evaristo.

Historicamente, o homem da sociedade ocidental tem sido dominado pelo princípio da competição e do poder na busca de um ideal de virilidade: amor à humanidade, amor à pátria, senso de justiça, honestidade, coragem, audácia, sangue frio (MOSSE, 1997). Junto a essa perfeição moral, ele deve alcançar a perfeição física, pois uma leva à outra e vice-versa.

Os movimentos sociais de direita e de esquerda, as memórias das duas Guerras Mundiais e as questões sobre o nacionalismo se deixam igualmente contaminar por noções que envolvem certo ideal de masculinidade (MOSSE, 1997). Esse ideal também aparece na sociedade, onde “as culturas definem seus padrões de masculinidade, a exemplo do que encontramos nos mitos, na literatura (...)” (NOLASCO, 2001, p. 36).

Por outro lado, a cultura contemporânea testemunha a emergência de novos valores de gênero, apresentando modificações que afetam o comportamento de homens e mulheres, e as relações entre os sexos, reforçando, assim, o questionamento sobre o masculino e o delineamento de novas concepções de estudos de gênero, abarcados especialmente pela teoria *queer*¹.

A redução do gênero ao sexo desafia o homem em seu confronto com os novos paradigmas culturais: valorização do *status* social feminino, a relação do feminino com o mundo masculino, com os meios familiar e doméstico. Esses fatos começaram a mudar a consciência coletiva falocrática que cultua o domínio do masculino como fato inquestionável, um *a priori* fundante da cultura (BOURDIEU, 1999). Configurou-se, assim, uma série de transformações, presentes nos movimentos de contracultura – gerações *Beat* e *Hippie* –, em que a contestação das normas e valores sociais levou a indagações sobre qual seria o papel das minorias de gênero – mulher e homossexual – no interior da sociedade, o que acaba por abalar o ideal de masculinidade que a própria sociedade sempre preconizou.

Desta forma, as produções culturais de massa – rádio, televisão, jornal, cinema, histórias em quadrinhos, romance popular – são uma fonte para a disseminação das ideologias que perpassam os discursos, uma vez que manifestam e transmitem correntes de pensamentos e conceitos que circulam pela sociedade, fazendo parte de sua tessitura; assegurando a sua continuidade na memória coletiva (HALBWACHS, 1990); e, igualmente, deixando pistas da época e das relações sociais nas quais surgiram.

Esta imagem viril toda poderosa que exalta o masculino e aponta para suas semelhanças com as divindades ancestrais traduz-se em parâmetros aceitos pela sociedade, porque responde,

principalmente, à autoimagem que esta construiu para si mesma desde a Idade Média (MOSSE, 1997). O que comprova esse fato é que, nas últimas décadas, essa sociedade espetacularizada tem como características as aceleradas mutação e multiplicação de super-heróis, onde “(...) o herói positivo deve encarnar, [...] as exigências de poder que o cidadão comum nutre e não pode satisfazer” (ECO, 2004, p. 247).

Embora, nas últimas décadas, assistamos aos abalos que a identidade masculina vem sofrendo, quando o homem não hesita em deixar transparecer suas indagações e seus sentimentos diante de um mundo caótico e em contínua transformação, ela ainda se configura como um discurso de poder. Desse modo, o discurso sobre o masculino, na literatura e na cultura de massa, conjuga-se para objetivar a seleção de signos que fundamentam as especificidades de uma virilidade ideal. Tais signos fundam significados, dando origem a outros, que se multiplicam indefinidamente na construção da memória discursiva por aqueles que detêm o controle dos mecanismos do poder (FOUCAULT, 1971).

A década de 60, apesar de ainda eminentemente estruturalista, foi um período em que alguns teóricos – Barthes, Bakhtin (com alguns textos já traduzidos no Ocidente), Derrida, Foucault, Lacan, Deleuze, entre outros – procuraram desconstruir o que Lyotard (1989) chamou de narrativas-mestras totalizantes da cultura ocidental. Foi uma época de releitura da Modernidade e de problematização, em que se evidenciaram questões sobre a função da linguagem e sua relação com os referentes, as relações entre os fatos históricos e os empíricos, a ideia de um *eu* unificado e controlador, as ideologias dominantes. Essas questões dariam origem, posteriormente, ao pós-estruturalismo que é um termo que hoje parecemos utilizar para abranger desde a desconstrução até a análise do discurso.

Essa efervescência intelectual foi propícia também ao surgimento, na França, de uma nova disciplina – a Análise do Discurso (AD) –, que questionava a linguagem, o sujeito, a ideologia, ou seja, as evidências do sentido. Dois estudiosos são considerados seus fundadores: Jean Dubois (linguista) e Michel Pêcheux (cientista social) – que, partindo de pontos diferentes, viram meios de utilização dessa nova disciplina para olhar de uma maneira diferente os textos, deixando de lado a abordagem puramente explicativa dos mesmos ou tão somente comentários literários.

Pêcheux elegeu o discurso político *stricto sensu* como objeto precípua da AD. Em seguida, articulando política e discurso, ele expôs uma *teoria do discurso* (1988), em que procurava dar conta da exterioridade do texto. Nesse intuito, mudou o questionamento, em vez de procurar saber o que um texto queria dizer, tal como o comentário literário operava, perguntou-se: como esse texto funcionaria? Com essa indagação deslocou o funcionamento do texto do integralmente linguístico e estabeleceu a teoria do discurso como um modo em que se dá a historicidade dos processos semânticos.

Mais tarde, com o acolhimento das propostas lacanianas, Pêcheux apontou para uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, atravessando e articulando as três regiões do conhecimento científico, que formam atualmente o quadro epistemológico da AD: o materialismo histórico, a linguagem e a teoria do discurso. Assim, as noções fundamentais da AD perpassam pelo discurso, sujeito, ideologia e memória discursiva.

Interessa-nos igualmente voltar o nosso olhar para a década de 50, na Inglaterra, que vê, na esteira do desconstrucionismo francês, o advento dos Estudos Culturais, voltados, primeiramente, para os problemas da sociedade e da linguagem, e passam, depois, para “uma reflexão centrada sobre o vínculo [sociológico] cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais” (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 13-14). A partir de 1980, os Estudos Culturais abarcaram as questões culturais ligadas ao gênero, à etnicidade e às práticas de consumo. Tais estudos rompem, assim, com as noções de sacralidade da arte e com a diferenciação entre alta e baixa literatura, pois

os Estudos Culturais passaram a privilegiar a interdisciplinaridade (como a AD) e seu *corpus* deixa de ser apenas a Literatura. Não foi simplesmente uma inversão de modelo, mas um chamamento para o círculo do que estava à margem, incrementando a política da diferença, da valoração das minorias e das práticas culturais marginais.

Em relação à questão de gênero, que nos interessa mais de perto, a crítica feminina ao patriarcado e aos valores masculinos tradicionais, expressa pelos Estudos Culturais, originou toda uma nova literatura sobre a mulher, dando voz às suas autoras. Por ser ainda um campo de estudo relativamente novo, suas fronteiras e debates estão sempre em constante mudança. Nesta perspectiva, a categoria *memória discursiva* se estabelece na relação com os dois esquecimentos que constituem o sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1988). Isso se dá através de dois aspectos: do *pré-construído* e da *articulação* de enunciados do interdiscurso que atravessam o discurso sob a forma de discurso transversal. O encadeamento do *pré-construído* e da *articulação* manifesta-se no *intradiscurso*, surgindo daí o efeito de evidência: o que todos sabem e podem ver.

As significações têm dois caminhos: ou elas se perdem e nem sequer entram na memória do discurso, ou elas entram e permitem a paráfrase que as modifica. O papel da memória nos permite dizer que um acontecimento histórico (descontínuo e exterior) “é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Nestes termos, a memória é lugar de múltiplas fraturas, pois deve ser compreendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscritas no campo das práticas e no da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). É aqui que podemos falar em relações de poder – *a ordem do discurso* – dentro da tradição foucaultiana (1971), pois a ideologia junta as palavras às coisas, produzindo sentidos que passam como sendo a realidade, a coisa em si, uma evidência inquestionável (CARDOSO, 1999).

Fonofalologocentrismo e literatura

Essa memória do discurso, quando aplicada à escrita literária, reitera a visão androcêntrica de mundo. Nesta perspectiva, sem reificar a masculinidade, a insuficiência das definições acerca dessa expressão aponta para a importância das suas características históricas, a sua força de arregimentação social, a imbricação com outros lugares simbólicos estruturantes e o seu poder de orientar a formulação de juízos.

O termo masculinidade, do latim *masculus*, passou a ser cunhado no Século XVIII devido a “esforços científicos no intuito de estabelecer critérios mais explícitos de diferenciação entre sexos” (PETERSEN, 1998, p. 13). Por sua vez, há que se considerar que a masculinidade não existe, enquanto característica, traço de caráter ou aspecto da identidade dos indivíduos, já que, muitas vezes, existe apenas como ideologia ou fantasias variadas, mas que participa ativamente nos processos de subjetivação dos agentes. Assim sendo, a masculinidade é importante para a tomada de posição identitária do sujeito em seu discurso.

OLIVEIRA (2004) advoga, neste sentido, que a masculinidade como lugar simbólico/imaginário fundamenta valores e se constitui um valor social, mantendo-se e se reproduzindo nessa condição. Desta forma, pressupõe-se que a masculinidade tem uma importância inegável em processos sociais diversos, bem como pode funcionar como uma lei que prescreve comportamentos, além de influir como catalisadora na reatualização de identidades, transformando-se num elemento fundamental para a subjetivação. Portanto, a masculinidade compreende todos os objetos da vida social – leis,

instituições, símbolos, valores – e se articula com (e ou lado a lado) outros elementos, a saber: nacionalidade, religião, profissão, grupos de *status*, inserção social, região de origem, etnia, grupo de idade, etc.

Nesta perspectiva, o ideário de masculinidade advindo deste mito de superioridade apresentou-se como “uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados” (OLIVEIRA, 2004, p. 13). Tomam corpo, assim, os lugares simbólicos de sentido estruturante, onde:

não é possível estabelecer uma relação meramente causal ou unilateral entre alguns fatores históricos e os ideais modernos, dentre os quais o de masculinidade, pois o mito, ainda que gerado na confluência de formações sociais distintas, acaba por nelas refluir, participando ativamente de seus destinos (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

Neste sentido, a formação e manutenção do cânone ocidental, a partir da tradição greco-latina, geraram um legado *fonofalologocêntrico*. Isto é, *fono*, com a pretensão de o signo ser a própria coisa evocada e não sua representação; *falo*, como fonte do domínio do homem branco, europeu, sobre a mulher, sobre outras minorias, sobre outras etnias e sobre outras nações; e *logo*, cuja lógica excludente e dominante nega a contingência, o instante, em nome do repouso, em síntese, da tradição.

Tal pensamento esteve amparado em *monismos*, com o conceito de verdade (*logo*) e da palavra viva (*fono*), ancorado na metafísica, quando essa vincula a retórica à lógica e o estilo ao significado, como se esse estivesse imune aos efeitos da escrita. Este *a priori* previsível do monismo refuta qualquer tipo de descontinuidade, negando o *pluralismo* e diluindo a parte em nome do todo. Eis a pretensão da tradição ocidental: aplinar a ruptura, a descontinuidade em sua ânsia de totalidade.

Assim, procurou-se, com esta escrita totalizadora, através desta visão masculina sobre a mulher, evidenciar a naturalidade da índia que aqui vivia à época dos colonizadores, a calidez da negra escravizada, o recato da europeia treinada para a dissimulação e o rigor da dama da colônia apertada em espartilhos. Como se vê, as obras literárias de autoria masculina evidenciam a submissão e a inferioridade da mulher através de personagens femininas idealizadas, meras espectadoras ou, no máximo, simples coadjuvantes na História. Ressalte-se, neste sentido, que “o texto literário não deve ser visto como um simples reflexo da realidade histórica, mas essa última fornecerá subsídios para melhor entendimento da realidade ficcional” (WANDERLEY, 1996, p. 26).

Ora, se a interpretação da condição feminina na escrita literária, advinda desse legado *fonofalologocêntrico*, nos remete à condição histórica da mulher, acabamos por endossar os mitos de fragilidade e inferioridade que se incorporam a esta, conferindo-lhe caráter de naturalidade. Isto nos atém na *aporia* desse mesmo racionalismo ocidental, preso a sistemas lógicos dominantes e impostos a todos de forma etnocêntrica.

Sob esta ótica, Hegel, em *Fenomenologia do Espírito* (1992), advoga a passagem da consciência imersa em si, destacando a inserção do humano a partir dessa última, na dimensão histórico-cultural, chegando, no fim da obra, na revelação histórica do Espírito Absoluto, alcançando as três formas: de arte (intuição), religião (representação) e filosofia (conceito). Ele destaca a possibilidade de homologia entre o espírito e a cultura, ou entre o conceito e a história, rumo a uma história conceituada. Por sua vez, atrela o sujeito cognoscente, enquanto mediador, ao *espírito absoluto*, impossibilitando-o de alterar o devir.

Mencionando a crítica feita por Benjamin ao *historicismo* ainda de base hegeliano, Olgária Matos assim reflete:

A natureza e a história designam, aqui, o lado obscuro, sombrio, subterrâneo da revelação, isto é, da própria história, aquele aspecto para o qual o encantamento dos eventos e seu sentido se revelam irredutíveis ao *continuum* da narrativa histórica, estruturado por um *a priori*, ou por um *telos*. A natureza, mais que o extra-histórico ou o outro da história, é o intra-histórico e, paradoxalmente, a historicidade em sentido próprio (MATOS, 1993, p. 147).

Podemos usar *O Mito da Caverna* de Platão como base para o nosso raciocínio, e dizer que a *razão das sombras*, banida da filosofia ocidental, renegada pelo discurso da modernidade em sua forma de poder disciplinar, está pronta para se fazer presente, porque dá chance à vida, ao instante. Assim sendo, o saber vigilante do *eu* diurno cartesiano, discurso do Ocidente, na esteira platônica, ao se opor ao *eu* noturno, é posto em xeque ao ser relativizado por uma *doxa*, não identificável em torno de um único *logos*. A escrita de autoria masculina, expressa pelo *eu* diurno cartesiano, não conseguiu, em sua pretensão redutora, evitar o erro, o excesso atrelado ao *eu* noturno. Isto se apresentou como condição *sine qua non* do pensamento, possibilitador de todas as outras escrituras que não a masculina, para se abrir à diferença, às inúmeras formas de organização, à experiência, ao sensível, à alteridade.

Gómez et al (2008), em apresentação da Revista *Aletria*, revista de estudos literários, com a temática *Alteridades hoje*, assim reflete sobre o operador alteridade:

O operador alteridade supõe constantes irrupções de zonas de obscuridade, oscilação de níveis, porque está sempre ensaiando um movimento paradoxal que se revela cada vez mais atravessado por sucessivos desafios de indecibilidade: por um lado, são perturbadas as leituras e as reflexões teóricas pela constante incursão de complicações impossíveis de serem homogeneizadas; por outro, uma vez que criam uma urdidura de relações antes impensáveis, dão lugar à possibilidade de se articular cenas culturais e literárias totalmente diferentes (GOMEZ et al, 2008, p. 7-8).

“Obscurece-se, assim, o incognoscível, com traduções interpretativas reducionistas, obliterando-se as interseções inquietantes” (GOMEZ et al, 2008, p. 8). A pretensa homogeneização *fonofalologocêntrica* evidencia, portanto, uma série de discursos redutores, calcados em uma lógica fundante ocidental, com as categorias de sujeito e varão como parâmetro de legitimação dos discursos.

Autoria feminina e desconstrução

Ao tentar desconstruir o pensamento *logofonocêntrico* – este amparado em *monismos* –, Derrida, em *De la Grammatologie* (1963) e em *L'Écriture et la différence* (1967), lança as bases da teoria da *desconstrução*. Derrida advoga que a escrita não deve ser vista em sujeição servil à fala, em substituição a esta, já que toda linguagem é metafórica. Neste sentido, tanto a filosofia quanto o direito, como a literatura, trabalham sempre para tornar a ambiguidade como injunção da verdade, constituindo-se, assim, enquanto linguagens figuradas. Derrida retoma a conceituação de Saussure, quando desacredita qualquer significado fixo e estável, cunhando o conceito de *significado transcendental* (gramatologia). Em suas palavras, “tem de haver significado transcendental para que a diferença entre significado e significante seja absoluta e irredutível em alguma parte” (DERRIDA, 1997, p. 30). Desta forma, a gramatologia desconstrói o pensamento metafísico, legitimador de uma hierarquia de significações, fundamentadas em princípios tidos como inquestionáveis.

Esse processo de desconstrução possibilitou o aparecimento de novas escrituras, uma vez que a linguagem constitui o elemento mediador ao que chamamos realidade e toda experiência é a

experiência do significado e um efeito da *différance*. Gomez et al, sobre o aparecimento da escrita de sujeitos discriminados, reflete:

Nos estudos literários das últimas décadas, não se pode subestimar a importância da escrita de sujeitos discriminados, excluídos nas sociedades ditas civilizadas, convertidos nos *outros*, seja pela classe social, pela raça, pelas condições físicas ou mentais, pela religião, pela preferência sexual, pelas peculiaridades comportamentais e por outras idiosincrasias (GOMEZ et al, 2008, p. 8).

Enquanto detentoras da escrita, as mulheres passaram à condição de desconstrutoras do legado *fonofalologocêntrico*. Segundo Sacramento:

Com a conquista social da mulher, é possível vislumbrar a presença de um *eu-feminino* delineando-se, sendo capaz de ver-se na ideologia e fora desta, em um movimento de construção que une a Mulher (abstração cultural) às mulheres em suas várias relações sociais diferenciadas (SACRAMENTO, 2004, p. 99).

Resta sempre um componente de significado, que não foi incluído na pauta da metafísica ocidental, ao qual Derrida chama de *suplemento*; em outras palavras, não se encontra representado no código linguístico e, conseqüentemente, em todo sistema de atribuição de sentido. As mulheres, assim, ao construírem seu universo ficcional, procuram ressignificar a sua condição, tratando a diferença não mais em uma posição binária e vicária da mulher, centrada em um Outro, que lhe dava sentido. Apesar disso, algumas feministas, como Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* – uma obra vasta, dividida em dois volumes, bem documentada e alicerçada na lógica e no conhecimento e muito pouco “feminina”, publicada em 1949 –, mantiveram-se alinhadas a esta lógica fundante ocidental, que embasou a instituição da “diferença reificada, que desorganiza a diferença na desigualdade” (RICHARD, 2002, p. 161).

Nelly Richard (2002) defende ainda que a efetiva emancipação da mulher centra-se nas referências e representações, que sempre a identificaram, mas, ao mesmo tempo, de modo atento e vigilante, deve transpor o pré-dado, em um processo de resistência/negociação, resultando no seu *empoderamento*, enquanto ser dotado de razão e querer. Na medida em que os projetos emancipatórios, de direita ou de esquerda, da modernidade não conseguiram colocar a mulher em uma dimensão de sujeitos a partir da diferença, salvamos o melhor da dialética, porque entendemos que o melhor da dialética é um *por enquanto* das articulações contingentes do *eu* com o *nós*. A escrita de autoria feminina é, pois, “a inscrição de outras vozes, antes não ouvidas, as de excluídos do sistema hegemônico” (GOMEZ et al, 2008, p. 8). Neste sentido, “é evidente que as teorias feministas têm figurado entre as mais potentes forças descentralizadoras no pensamento contemporâneo, e sua retórica tem sido, em grande parte, oposicional (talvez as oposições binárias de sexo não sejam superadas com tanta facilidade) (HUTCHEON, 1991, p. 251).

A literatura viabiliza uma leitura mais precisa dessa inscrição. Em *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo, vemos a experiência de um sujeito feminino marcado pela mobilidade espacial, em busca de melhores condições de vida. Descendente de escravos africanos, já de início Ponciá surge despojada do nome de família, pois o “Vicêncio”, que todos os seus usam como sobrenome, provém do antigo dono da terra e era como “lâmina afiada a torturar-lhe o corpo”. Neste exemplo de romance afro-brasileiro, vão surgindo as histórias dolorosas como a do pai, que, quando criança e já no período posterior à Lei Áurea, tinha que ser o pajem do filho do patrão, o cavalo no qual este montava, e até aparar com a boca a urina do sinhô-moço. Além disso, o avô, suicida frustrado, decepara parte do

braço e matara a própria esposa depois de ver quatro de seus filhos serem vendidos em plena vigência da Lei do Ventre Livre. Na narrativa, as constantes ausências do pai e do irmão de Ponciá, para cultivar a “terra dos brancos”, exigiram de sua mãe e das outras mulheres da vizinhança um comportamento matriarcal. Em razão dessas ausências dos maridos, eram as mães e crianças que trabalhavam a terra. Ponciá decide, então, deixar a mãe e o irmão, e, sem nenhum preparo, toma o primeiro trem para a cidade grande, acreditando que por saber ler e escrever sua vida na zona urbana seria mais fácil. Entretanto, Ponciá se enganou: o estudo pouco lhe serviu, tudo que conseguiu, na cidade, foi um emprego como doméstica, um pequeno quarto longe do centro da cidade e uma vida nada diferente da que levava na roça. Depois de perder também os sete filhos que gerou, Ponciá cai na apatia que a faz perder-se de si mesma. *Ponciá Vicêncio*, “elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio” (EVARISTO, 2003, p. 128).

Percebe-se, neste romance afro-brasileiro, um contraponto com a história dos vencedores e seus mitos de cordialidade e democracia racial: o próprio questionamento da personagem ante as mazelas impostas à sua gente e à exploração do seu potencial de trabalho ressignifica estas relações:

Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis (EVARISTO, 2003, p. 33).

Evaristo consegue reescrever, sob a ótica da mulher negra, a escrita dos descendentes de escravos. A autoria feminina, nesse processo de construção identitária, quando somada à questão da raça, se constitui uma dupla inscrição de outras vozes na literatura, que não a *faloetnocêntrica*. É possível flagrar, então, de que modo essa identidade é construída, através da performatividade e da repetição. Além disso, percebe-se que, através da *desconstrução*, a mulher, ao ser engendrada, pode tensionar, apesar de condicionantes, formações discursivas que a engessam de modo prévio. Em *Ponciá Vicêncio*, vemos a insistente saga da personagem em busca de traçar o seu destino ante as limitações e mazelas sociais:

O inspirado coração de Ponciá ditava futuros sucessos para a vida da moça. A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites. Apesar do desconforto, da fome, da broa de fubá que acabara ainda no primeiro dia, do café ralo guardado na garrafinha, dos pedaços de rapadura que apenas lambia, sem ao menos chupar, para que eles durassem até ao final do trajeto, ela trazia a esperança como bilhete de passagem. Haveria, sim, de traçar o seu destino (EVARISTO, 2003, p. 36).

Optamos aqui pelo conceito de performatividade, sugerido por Judith Butler (2003), enquanto produção de identidade, porque “descola” o fenômeno da produção discursiva do *mesmo*. A partir desta produção, é possível perceber que os sistemas de representação estão inevitavelmente ligados ao poder e, ao resgatar a materialidade do significante, evidencia a pretensão clássica de priorizar o significado. Neste momento, a *diferença* surge, em contraponto, ao *mesmo*, representado pelo etnocentrismo ou pelo gênero. Sobre isto, Alvarez reflete:

Com a expansão do feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo popular, ecofeminismo, feminismo cristão, e assim por diante, a segunda metade dos anos 80 e os anos 90 [com o *Queer Studies*] viram a proliferação de novas protagonistas cujas

trajetórias político-pessoais diferiam de modo significativo daquelas das primeiras feministas (referidas agora como “históricas”) (...) (ALVAREZ, 2000, p. 393).

Ponciá Vicêncio é, pois, o retrato da condição de ser mulher e negra num país que faz dela vítima de olhares e ofensas nascidas do preconceito. Esse ser construído pelas relações de gênero se inscreve de forma indelével no romance de Conceição Evaristo, que, sem descartar a necessidade histórica do testemunho, supera-o para torná-lo perene na ficção.

Retomando o romance *Ponciá Vicêncio*, há também a *desconstrução* de estereótipos da *superioridade ariana*, da raça dita pura em relação aos não-brancos:

Pajem do sinhô-moço, escravo do sinhô-moço, tudo do sinhô-moço, nada do sinhô-moço. Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço se certificou que o negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com o saber de branco? O pai de Ponciá Vicêncio, em matéria de livros e letras, nunca foi além daquele saber (EVARISTO, 2003, p. 18).

Ao questionar – “Mas o que o negro ia fazer com o saber de branco?” –, a autora problematiza as oposições binárias: centro/periferia, branco/negro, hegemônico/não-hegemônico. Derrida, em seus estudos, se contrapõe a essas oposições binárias, ao colocar o significado do sujeito em *deslisamento*. Neste caso, a autoria feminina se constitui em uma ferramenta importante para o entendimento de que toda exclusão radica-se em uma construção discursiva e não em algo pré-dado e insubstituível, de modo ontológico, ampliando a questão do sentido para qualquer tipo de violência capaz de silenciar.

Desta forma, a nova escrita de autoria feminina procura estabelecer uma capacidade propositiva de alteração do *status quo* da mulher e do negro. Estes passam a ter vez e voz, apesar de terem suas vidas profundamente marcadas pelo universo branco, europeu e androcêntrico. Mesmo quando se estabelece o contra-hegemônico, o legado hegemônico se constitui, em última instância, no referencial a ser desconstruído. Nota-se, com isso, que a autoria feminina procura redimensionar as relações estabelecidas, sem, no entanto, perder a coerência interna da obra.

Este aspecto, por si só, já é desconstrutor, se observarmos que o cânone ocidental de autoria masculina, ao construir personagens femininas, o fez de forma idealizada, realçando caracteres físicos em detrimento do intelecto da mulher, seus desejos e ideais. *Ponciá Vicêncio*, apesar do determinismo gendrado do próprio nome, é uma personagem que não se subsume à realidade imposta aos seus. “Negro aprendia sim!”. Tal constatação não só põe em xeque a *superioridade* dita *ariana*, como também evidencia a construção de uma imagem do povo negro infensa aos estereótipos. A *ordem do discurso*, neste caso, está empenhada em não deixar esquecer o passado de sofrimentos, mas, igualmente, de resistência à opressão.

Considerações finais

A formação do cânon na literatura ocidental esteve, quase sempre, comprometida com uma determinada forma de ver o mundo, presa a uma visão *fonofalologocêntrica*. Em contrapartida, a literatura de autoria feminina já superou algumas das amarras em relação a preconceitos pertinentes à lógica ocidental fundante e oferece, como veiculadora de bens simbólicos imateriais, uma fatura estética da cultura local, a partir de uma visão não hegemônica.

Assim sendo, *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, inscreve outras vozes na escrita literária: a autoria feminina e a voz negra. Esta dupla inscrição põe em xeque o encadeamento do *pré-construído* sob a ótica da autoria masculina e da *articulação fonofalologocêntrica*, manifestando-se no *intradiscurso*, como uma voz não-alinhada ao *etnocentrismo* europeu. Percebe-se, assim, que a autoria feminina é *desconstrutora* das *aporias* da lógica ocidental, vistas como *a priori* fundantes da cultura.

Evaristo expressa em sua escrita uma quebra do paradigma *fonofalologocêntrico*, onde o signo é a própria coisa evocada e não sua representação (*fono*); a masculinidade é o lugar simbólico/imaginário que fundamenta valores e se constitui um valor social (*falo*) e a lógica fundante ocidental gera *as aporias* desta razão (*logo*). Procurou-se através de *monismos*, nos quais este paradigma esteve ancorado, aplinar a ruptura, a descontinuidade em sua ânsia de totalidade. Tal quebra se dá através da presença, no romance em apreço, de sujeitos em *deslisamento*, tal qual propõem os estudos derridianos, ao se contrapor às oposições binárias. Diante do exposto, a autoria feminina questiona a construção discursiva do *fonofalologocentrismo* como algo pré-dado e insubstituível, redefinindo o lugar da intelectual contemporânea.

Feminism and deconstruction in *Ponciá Vicêncio* by Conceição Evaristo

ABSTRACT:

This article intends to illustrate the question of the feminism and the *deconstruction* of the *fonofalologocentrism's* values, considering the writing of contemporary *feminine authorship*, with the analysis of the romance *Ponciá Vicêncio* by Conceição Evaristo.

Keywords: Feminine authorship. Fonofalologocentrisme. Deconstruction.

Notas explicativas

- * Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.
- ** Mestrando em Letras, Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.
- ¹ A Teoria *Queer* (*Queer Studies*), desenvolvida a partir do final dos anos 80 na esteira dos Estudos Culturais, é uma teoria dentro dos Estudos de Gênero que advoga que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero são resultado de um construto social. Assim sendo, não existem papéis sexuais biológicos ou essencialmente inscritos na natureza humana. Estes papéis são, assim, formas variáveis de desempenhar papéis sexuais socialmente aceitos.

Referências

- ALVAREZ, Sônia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 383-426.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Ideologia: um conceito obsoleto? *Estudos Lingüísticos do GEL*, Bauru, v. 28, p. 379-384. 1999.

- DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1963.
- _____. *L'Écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- _____. *Grammatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. 6. ed. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- GOMEZ, Graciela Inés Ravetti de et al. **Apresentação**. *Revista Aletria: revista de estudos de literatura*, v. 16. Belo Horizonte: POSLIT, Faculdade de Letras da UFMG, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HEGEL, Georg **Wilhelm Friedrich**. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis RJ: Vozes, 1992.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria e ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 2ª ed. Trad. Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MATOS, Olgária. *O Iluminismo Visionário: Benjamin, Leitor de Descartes e de Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Éric. *Introdução aos Estudos Culturais*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.
- MOSSE, George. *L'image de l'homme: l'invention de la virilité moderne*. Traduction de Michèle Hechter. Paris: Abbeville, 1997.
- NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PECHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PETERSEN, Alan R. *Unmasking the masculine*. Men and identity in a sceptical age. London: Sage, 1998.
- RICHARD, Nelly. *Intervenções Críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SACRAMENTO, Sandra. *Nação, identidade e gênero na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- WANDERLEY, Márcia Cavendish. *A Voz Embargada*. São Paulo: EDUSP, 1996.